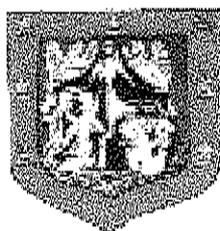




*Santa Casa da Misericórdia de Águeda*

# SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ÁGUEDA



## **Demonstrações Financeiras**

# **2017**



## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2017	2016
Vendas e serviços prestados	3-9	2.526.692,38	2.468.854,88
Subsídios, doações e legados à exploração	3-10	1.326.486,54	1.337.405,92
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3-8	(522.043,67)	(501.609,35)
Fornecimentos e serviços externos	13.11	(1.072.050,76)	(1.017.691,15)
Gastos com o pessoal	3-11	(2.256.549,11)	(2.194.056,41)
Aumentos/reduções de justo valor	3-5	922,43	(123,43)
Outros rendimentos	13.12	172.950,26	185.439,90
Outros gastos	13.13	(13.593,15)	(14.580,02)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>162.814,92</b>	<b>263.640,34</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3-5-6	(238.930,59)	(415.300,03)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>(76.115,67)</b>	<b>(151.659,69)</b>
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>(76.115,67)</b>	<b>(151.659,69)</b>
Imposto sobre o rendimento do período			
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(76.115,67)</b>	<b>(151.659,69)</b>

Rua da Misericórdia - 3750-130 Águeda NIPC 500 766 789

Águeda, 14 de Março 2018

O Contabilista Certificado n.º 33583

A Mesa Administrativa

M. C. S. P.

República

João Santos



## BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

RUBRICAS	Notas	Unidade Monetária Euros	
		Datas	
		31-12-2017	31-12-2016
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	3-5	10.708.158,21	10.707.416,16
Ativos intangíveis	3-6	1.784,94	1.707,54
Investimentos financeiros		8.727,81	5.097,34
<b>Subtotal</b>		<b>10.718.670,96</b>	<b>10.714.221,04</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	3-8	16.149,78	17.034,90
Créditos a receber	3-13.3	294.411,46	413.071,45
Estado e outros Entes Públicos	13.9	28.487,53	31.362,91
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/associados/membros	3-13.1	15.963,76	15.778,26
Diferimentos	3-13.4	28.409,36	17.863,58
Outros Ativos Correntes	3-13.5	4.334,20	3.411,77
Caixa e depósitos bancários	3-13.6	572.558,54	489.603,72
<b>Subtotal</b>		<b>960.314,63</b>	<b>988.126,59</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>11.678.985,59</b>	<b>11.702.347,63</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	13.7	172.746,49	172.746,49
Resultados transitados	13.7	4.757.525,95	4.813.788,44
Excedentes de revalorização	13.7	4.915.546,20	5.010.943,40
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	13.7	1.298.039,78	1.269.465,66
Resultado Líquido do período		(76.115,67)	(151.659,69)
<b>Total do fundos patrimoniais</b>		<b>11.067.742,75</b>	<b>11.115.284,30</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
<b>Subtotal</b>		-	-
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	3-13.8	97.370,73	73.591,81
Estado e outros Entes Públicos	12-13.9	56.899,11	57.639,17
Diferimentos	3-13.4	3.667,32	35.413,19
Outros passivos correntes	3-13.10	453.305,68	420.419,16
<b>Subtotal</b>		<b>611.242,84</b>	<b>587.063,33</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>611.242,84</b>	<b>587.063,33</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>11.678.985,59</b>	<b>11.702.347,63</b>

Rua da Misericórdia - 3750-130 Águeda NIPC 500 766 789

Águeda, 14 de Março 2018

O Contabilista Certificado n.º 33583

A Mesa Administrativa

Albino P. P. P.



## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
<b>Fluxos de caixa das actividade operacionais</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		2.746.846,96	2.471.590,65
Pagamento a fornecedores		(1.612.629,81)	(1.521.249,87)
Pagamentos ao pessoal		(2.241.221,03)	(2.160.112,33)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>(1.107.003,88)</b>	<b>(1.209.771,55)</b>
Outros recebimentos/pagamentos		1.222.195,20	1.188.304,61
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>		<b>115.191,32</b>	<b>(21.466,94)</b>
<b>Fluxos de caixa das actividade de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		(247.705,69)	(148.563,81)
Ativos intangíveis		(1.289,10)	(1.660,50)
Investimentos financeiros		(3.630,47)	(3.136,89)
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis		600,00	
Outros Ativos		109.690,36	109.605,36
Subsídios ao investimento		67.607,06	124.783,73
Juros e rendimentos similares		342,40	496,20
Dividendos		323,08	319,02
<b>Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)</b>		<b>(74.062,36)</b>	<b>81.843,11</b>
<b>Fluxos de caixa das actividade de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Doações		41.825,86	103.687,64
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
<b>Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)</b>		<b>41.825,86</b>	<b>103.687,64</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>82.954,82</b>	<b>164.063,81</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	3-13.6	<b>489.603,72</b>	<b>325.539,91</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	3-13.6	<b>572.558,54</b>	<b>489.603,72</b>

Rua da Misericórdia - 3750-130 Águeda NIPC 500 766 789

Águeda, 14 de Março 2018

O Contabilista Certificado n.º 33583

A Mesa Administrativa



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2016

Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
<b>1</b> POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	13.7	172.746,49	4.815.558,16	5.087.447,67	1.193.827,22	(78.273,99)	1.191.305,55	11.191.305,55
<b>2</b> ALTERAÇÕES NO PERÍODO Alterações de políticas contabilísticas Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			(1.769,72) (1.769,72)	(76.504,27) (76.504,27)	75.638,44 75.638,44	78.273,99 78.273,99	75.638,44 75.638,44	75.638,44 75.638,44
<b>3</b> RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO						(151.659,69)	(151.659,69)	(151.659,69)
<b>4=2+3</b> RESULTADO EXTENSIVO						(73.385,70)	(76.021,25)	(76.021,25)
<b>5</b> OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
<b>6=1+2+3+4</b> POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2016	13.7	172.746,49	4.813.788,44	5.010.943,40	1.269.465,66	(151.659,69)	1.115.284,30	11.115.284,30

Rua da Misericórdia - 3750-130 Águeda NIPC 500 766 789

Águeda, 14 de Março 2018  
O Contabilista Certificado n.º 33583

A Mesa Administrativa

Santa Casa da Misericórdia de Águeda  
Rua da Misericórdia n.º 219 - 3750-130 Águeda  
NIF-500 766 789



Santa Casa da Misericórdia de Águeda

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2017

Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
6 POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	13.7	172.746,49	4.813.788,44	5.010.943,40	1.269.465,66	(151.659,69)	11.115.284,30	11.115.284,30
7 ALTERAÇÕES NO PERÍODO Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			(56.262,49)	(95.397,20)	28.574,12	151.659,69	28.574,12	28.574,12
8 RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO						(76.115,67)		(76.115,67)
9=7+8 RESULTADO EXTENSIVO			(56.262,49)	(95.397,20)	28.574,12	151.659,69	28.574,12	28.574,12
10 OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO						75.544,02		
6+7+8+10 POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2017	13.7	172.746,49	4.757.525,95	4.915.546,20	1.298.039,78	(76.115,67)	11.067.742,75	11.067.742,75

Rua da Misericórdia - 3750-130 Águeda NIPC 500 766 789

Águeda, 14 de Março 2018  
O Contabilista Certificado n.º 33583

*[Handwritten signature]*

A Mesa Administrativa

*[Handwritten signature]*

Santa Casa da Misericórdia de Águeda  
Rua da Misericórdia n.º 219 - 3750-130 Águeda  
NIF-500 766 789

*[Handwritten signatures and text]*  
A Mesa Administrativa  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

## Anexo

### 1. Identificação da Entidade

A IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ÁGUEDA, também denominada abreviadamente por Santa Casa da Misericórdia de Águeda é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, Instituída em 12 de novembro 1859, constituída na ordem jurídica e sujeita ao Ordinário Diocesano, Registada a título definitivo na Direção-Geral de Segurança Social, da Família e da Criança, desde 06/01/1983, no livro das Irmandades, sob o nº 2/83, a folhas 89 e 89 v., em conformidade com o disposto no nº2 do art.º 7 dos Estatutos das IPSS regulamentado pela Portaria nº778/83 de 23 de Julho (nº2 do art.º 9), a quem foi reconhecida, nos termos do art.º 8 dos referidos Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei nº 119/83 de 25 de fevereiro, o Estatuto de Instituição de Utilidade Pública, NIPC nº PT 500 766 789. Isenta de IRC (Desp Conj. D.R. III Série nº 288 de 14 de dezembro de 2001) Lei do Mecenato.

Tem sede social em Rua da Misericórdia, nº 219, 3750 – 130 Águeda, e como objectivos genéricos a prossecução de actividades de solidariedade social, de harmonia com os princípios da doutrina e moral cristãs; e também a prática de actos de culto católico, bem como a assistência espiritual aos seus membros e integrantes das suas obras sociais.

Os seus fins específicos são: a sustentação das obras e serviços que tem constituído e que venha a constituir; a cooperação com outras entidades, públicas ou privadas, em obras ou serviços que não repugnem aos objectivos genéricos; a criação e dinamização de obras ou serviços que vierem a ser julgados necessários, de índole assistencial, educacional, cultural e recreativa; a realização entre outros, dos actos do culto e assistência espiritual, estatutariamente previstos. Expressamente se consigna que, além destes fins, pode a Misericórdia de Águeda vir a actuar nos sectores da saúde e assistência, podendo ainda, na administração do seu património, exercer a indústria, o comércio e os serviços, exclusivamente dela decorrentes e que forem permitidos por lei.

### 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

#### 2.1. Bases de Apresentação

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRFESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º

Handwritten notes and signatures on the right margin, including a large signature and the initials 'PCS' at the bottom.

98/2015, de 2 de Junho, que transpôs a Directiva n.º 2013/34/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26.06.2013. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Anexo 16 à Portaria n.º 220/2015 de 27 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho
- Portaria n.º 220/2015, de 24/7
- Aviso n.º 8259/2015, publicado no DR. 2.ª série, n.º 146, de 29 de julho de 2015

A adoção da NCRFESNL ocorreu pela primeira vez em 2012

## 2.2. Indicação e comentário das contas do Balanço e da Demonstração dos Resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do Exercício anterior.

Em 2016, foi iniciado em Julho, a valência Rede Local de Intervenção Social (RLIS), a qual absorveu gastos no valor de 66.644,92 euros, tendo os mesmo sido subsidiados a 100% pelo POISE – Programa Operacional Inclusão Social E Emprego. Em 2017, a Valência RLIS operou durante todo o ano, e absorveu gastos no valor de 140.047,01 euros, tendo os mesmo sido subsidiados a 100% pelo POISE – Programa Operacional Inclusão Social E Emprego

Em 2017, a Mesa Administrativa considerou, com base em parecer de perito certificado e independente, passar a depreciar os imóveis à taxa de 2%, quando alguns deles depreciavam à taxa de 5%. Esta alteração de taxa de depreciação aplicada aos Imóveis, implicou uma redução no valor das depreciações de 2017, comparado com as de 2016, no valor de 172.927,50 euros.

## 3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### 3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

**3.1.1. Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

**3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" (Notas 13.03 e 13.10) e "Diferimentos" (Nota 13.4)

**3.1.3. Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

**3.1.4. Materialidade e Agregação:**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

**3.1.5. Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### 3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

## 3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Contudo, os edifícios, classificados como ativos fixos tangíveis foram revalorizados a 31.12.2012, encontrando-se, por conseguinte, reconhecidos ao custo revalorizado.

Até 31.12.2015, as propriedades de investimento, que incluíam unicamente terrenos, edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital e que não se destinavam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços, encontravam-se valorizados ao justo valor, tendo a última avaliação sido efetuada naquela data. Com a alteração do Normativo contabilístico, as propriedades de investimento foram reclassificadas para Ativos Fixos tangíveis.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As revalorizações a que atrás nos referimos, têm por base um parecer elaborado por perito certificado e independente.

Handwritten notes and signatures on the right side of the page, including a large signature and the initials "MSS".

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	4 a 50 anos
Equipamento básico	4 a 6 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento administrativo	4 a 6 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	6 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

Os edifícios, classificados como ativos fixos tangíveis que foram revalorizados a 31.12.2012 e em 31.12.2015, terão de ser reavaliados, sempre que ocorra uma variação material entre o justo valor e o valor escriturado, ou, entre 3 a 5 anos após a última revalorização.

### 3.2.2. Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projectos de Desenvolvimento	3 a 5 anos
Programas de Computador	3 a 5 anos

### 3.2.3. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (*first in, first out*).

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

### 3.2.4. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;

- o Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
  - Alterações no preço do bem locado;
  - Alterações na taxa de câmbio
  - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

#### Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Créditos a receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

#### Outros ativos correntes

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "*Caixa e depósitos bancários*" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em "*Fornecedores*" e "*Outros passivos correntes*" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

#### **3.2.5. Fundos Patrimoniais**

A rubrica "*Fundos*" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "*Fundos Patrimoniais*" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

#### **3.2.6. Provisões, passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos**

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

Não existem quaisquer compromissos contratuais por reconhecer ou divulgar.

### 3.2.7. Financiamentos Obtidos

#### Empréstimos obtidos

Os "Empréstimos Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

### 3.2.8. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director -

alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Saldo em 31-Dez-2017
<b>Custo</b>					
Terrenos e recursos naturais	1.327.100,00				1.327.100,00
Edifícios e outras construções	10.456.848,47	23.322,90		81.801,87	10.561.973,24
Equipamento básico	1.203.280,05	16.350,70			1.219.630,75
Equipamento de transporte	266.435,55	6.500,00	11.072,97		261.862,58
Equipamento biológico	-				-
Equipamento administrativo	204.911,39	8.227,61			213.139,00
Outros Ativos fixos tangíveis	51.191,68				51.191,68
ATF em curso	47.719,13	184.059,73		(81.801,87)	149.976,99
<b>Total</b>	<b>13.557.486,27</b>	<b>238.460,94</b>	<b>11.072,97</b>		<b>13.784.874,24</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Terrenos e recursos naturais	-				-
Edifícios e outras construções	1.254.930,44	180.440,62			1.435.371,06
Equipamento básico	1.121.679,83	38.119,50			1.159.799,33
Equipamento de transporte	248.133,38	6.638,57	11.072,97		243.698,98
Equipamento biológico	-				-
Equipamento administrativo	194.496,63	6.276,25			200.772,88
Outros Ativos fixos tangíveis	30.829,83	6.243,95			37.073,78
<b>Total</b>	<b>2.850.070,11</b>	<b>237.718,89</b>	<b>11.072,97</b>		<b>3.076.716,03</b>

## 6. Ativos Intangíveis

### Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Saldo em 31-Dez-2017
<b>Gasto</b>			
Projetos de Desenvolvimento	25.462,47		25.462,47
Programas de Computador	33.183,40	1.289,10	34.472,50
<b>Total</b>	<b>58.645,87</b>	<b>1.189,10</b>	<b>59.934,97</b>
<b>Amortizações acumuladas</b>			
Projetos de Desenvolvimento	25.462,47		25.462,47
Programas de Computador	31.475,86	1.211,70	32.687,56
<b>Total</b>	<b>56.938,33</b>	<b>1.211,70</b>	<b>58.150,03</b>

## 7. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se reconhecidos ao custo histórico, e dizem respeito às entregas realizadas e acumuladas para o FCT – Fundo de Compensação do Trabalho, e por uma participação na CCAM – Caixa de Crédito Agrícola Mutua.

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica “Investimentos financeiros” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2017	2016
<b>Outros investimentos financeiros</b>	<b>8.727,81</b>	<b>5.097,34</b>
Fundo Compensação do trabalhador	8.702,81	5.097,34
Outros Métodos	25,00	-
<b>Total</b>	<b>8.727,81</b>	<b>5.097,34</b>

## 8. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2016	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2016
Mercadorias	-	-	-	-
Matérias-primas, subsid e de consumo	20.456,88	498.187,37	-	17.034,90
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-
***	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>20.456,88</b>	<b>498.187,37</b>	<b>-</b>	<b>17.034,90</b>

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	501.609,35
--	------------

Descrição	Inventário em 01-Jan-2017	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2017
Mercadorias	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	17.034,90	521.158,55	-	16.149,78
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-
***	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>17.034,90</b>	<b>521.158,55</b>	<b>-</b>	<b>16.149,78</b>

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	522.043,67
--	------------

## 9. Rendimentos

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Vendas	-	-
<b>Prestação de Serviços</b>	<b>2.526.692,38</b>	<b>2.468.854,88</b>
Quotas dos utilizadores	2.450.286,73	2.398.921,00
Quotas e Joias	10.803,50	11.047,50
Outras prestações de serviços	65.602,15	58.886,38
<b>Juros</b>	<b>665,48</b>	<b>815,22</b>
<b>Total</b>	<b>2.527.357,86</b>	<b>2.469.670,10</b>

## 10. Subsídios e outros apoios das Entidades Públicas

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Estado e outros entes públicos":

Descrição	2017	2016
<b>Subsídios do Governo</b>	<b>1.085.252,46</b>	<b>1.062.855,36</b>
Centro Regional de Segurança Social	1.085.252,46	1.062.855,36
<b>Total</b>	<b>1.085.252,46</b>	<b>1.062.855,36</b>

Descrição	2017	2016
Subsídios de outras entidades	199.408,22	170.862,92
Doações	41.825,86	103.687,64
<b>Total</b>	<b>241.234,08</b>	<b>274.550,56</b>

Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período dos subsídios reconhecidos nos Fundos Patrimoniais.

Descrição	01.01.2017	Aumento	Reduções	31.12.2017
Subsídios ao Investimento	1.133.728,81	67.607,06	35.349,21	1.165.986,66
Doações	135.736,85		3.683,73	132.053,12
<b>Total</b>	<b>1.269.465,66</b>	<b>67.607,06</b>	<b>39.032,94</b>	<b>1.298.039,78</b>

## 11. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2017 e 2016, foram, respetivamente:

Órgão	2017	2016
Assembleia-geral	6	6
Mesa Administrativa	10	10
Conselho Fiscal	6	6

Os órgãos sociais em funções para o mandato 2015 a 2018, são compostos pelos seguintes membros:

MESA ADMINISTRATIVA	Cargo
António José Mota Rodrigues	Provedor
Jorge Castro Madeira (Dr.)	Vice-Provedor
Albano José Carvalho e Melo	Secretário
Fernando dos Anjos Dias	Tesoureiro
Maria Alice Pereira Rodrigues Silva (Prof.)	Vogal
Regina Almeida de O. e Silva P.Tavares (Dr <sup>a</sup> )	Vogal
Antero Albano Ferreira Dias	Vogal
Joana Patrícia de Oliveira Santos (Dr. <sup>a</sup> )	Vogal Supl.
José Lito Pereira Martins (Eng.)	Vogal Supl.
Gil Manuel da Costa Abrantes (Arq <sup>o</sup> )	Vogal Supl.

CONSELHO FISCAL	Cargo
<b>CONSELHO FISCAL</b>	
Carlos Albano Almeida Abrantes (Dr.)	Presidente
Osória das Dores Brito e Veiga Estima Miranda (Dra.)	Vogal
Helena Paula Jesus Seabra de Almeida (Dra.)	Vogal
Arsénio Pereira Braga (Eng.)	Pres.Suplente
Eunice Pereira S. Rodrigues Neto	Vogal Supl.
José Armando Pires Roque (Eng.)	Vogal Supl.

ASSEMBLEIA GERAL	Cargo
Amorim Rosa Figueiredo (Dr.)	Presidente
Wilson de José Oliveira Dias Gaio (Dr.)	Secretário
António Manuel Rés Rodrigues Silva	Secretário
Graciete Oliveira das Neves	Pres.Suplente
António Correia Abrantes	Sec.Suplente
Maria Luisa Grácio Bexiga Nunes Roque	Sec.Suplente

Os órgãos sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2017 foi de "168" e em 2016 foi de "168".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações ao Pessoal	1.828.367,85	1.782.551,00
Indemnizações	1.097,64	4.354,81
Encargos sobre as Remunerações	378.769,32	367.895,19
Seguros de Acid no Trabalho e Doenças Profissionais	24.159,56	12.481,90
Outros Gastos com o Pessoal	24.154,74	26.773,51
<b>Total</b>	<b>2.256.549,11</b>	<b>2.194.056,41</b>

Em 2017 contamos com uma bolsa de 26 colaboradores voluntários.

## 12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2017, foram de 6.150,00 € (IVA incluído), dizendo os mesmos respeito unicamente aos trabalhos com a revisão de contas.

## 13. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 13.1. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
<b>Ativo</b>		
Quotas	15.963,76	15.778,26
<b>Total</b>	<b>15.963,76</b>	<b>15.778,26</b>

### 13.2. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

JA  
L  
FO  
MAS

Descrição	2017	2016
<b>Cientes e Utentes c/c</b>	<b>91.729,71</b>	<b>234.076,55</b>
Cientes	71.568,07	204.879,26
Utentes	20.161,64	29.197,29
<b>Cientes e Utentes cobrança duvidosa</b>	<b>8.976,42</b>	<b>8.976,42</b>
Cientes	5.962,00	5.962,00
Utentes	3.014,42	3.014,42
<b>Total</b>	<b>100.706,13</b>	<b>243.052,97</b>

**Perdas por Imparidade do período**

Descrição	2017	2016
Cientes		
Utentes		
<b>Total</b>		

**13.3. Créditos a Receber**

A rubrica "Créditos a Receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Cientes e Utentes	91.729,71	243.052,97
Adiantamentos ao pessoal	1.871,53	1.346,56
Adiantamentos a Fornecedores	1.308,00	448,64
Devedores por acréscimos de rendimentos	195.757,55	166.382,03
Outros Devedores	3.744,67	1.841,25
<b>Total</b>	<b>294.411,46</b>	<b>413.071,45</b>

**13.4. Diferimentos**

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Stock produtos limpeza	14.939,93	9.582,73
Seguros	13.469,43	8.280,85
<b>Total</b>	<b>28.409,36</b>	<b>17.863,58</b>

Descrição	2017	2016
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
subsídios à exploração	3.667,32	35.413,19
Outros rendimentos a reconhecer		
<b>Total</b>	<b>3.667,32</b>	<b>35.413,19</b>

**13.5. Outros Ativos Correntes**

A Entidade detinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2017	2016
Ações ao justo valor	1.076,98	1.069,75
Dívida pública ao justo valor	3.257,22	2.342,02
<b>Total</b>	<b>4.334,20</b>	<b>3.411,77</b>

**13.6. Caixa e Depósitos Bancários**

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Caixa	3.806,34	3.295,10
Depósitos à ordem	468.752,20	486.308,62
Depósitos a prazo	100.000,00	
<b>Total</b>	<b>572.558,54</b>	<b>489.603,72</b>

**13.7. Fundos Patrimoniais**

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2017	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2017
Fundos	172.746,49			<b>172.746,49</b>
Resultados transitados	4.813.788,44	95.397,20	151.659,69	<b>4.757.525,95</b>
Excedentes de revalorização	5.010.943,40		95.397,20	<b>4.915.546,20</b>
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.269.465,66	67.607,06	39.032,94	<b>1.298.039,78</b>
<b>Total</b>	<b>11.266.943,99</b>	<b>163.004,26</b>	<b>286.089,83</b>	<b>11.143.858,42</b>

**13.8. Fornecedores**

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	97.370,73	73.591,81
Fornecedores títulos a pagar	-	-
<b>Total</b>	<b>97.370,73</b>	<b>73.591,81</b>

**13.9. Estado e Outros Entes Públicos**

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	28.487,53	30.469,72
Imposto sobre o Rend das Pessoas Singulares (IRS)		893,19
<b>Total</b>	<b>28.487,53</b>	<b>31.362,91</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	5.730,17	3.714,58
Imposto sobre o Rend das Pessoas Singulares (IRS)	11.013,52	10.646,00
Segurança Social	39.672,65	42.909,17
Outros Impostos e Taxas	482,77	369,42
<b>Total</b>	<b>56.899,11</b>	<b>57.639,17</b>

**13.10. Outros Passivos Correntes**

A rubrica "Outros Passivos Correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				69,57
<i>Outras operações</i>				69,57
Adiantamento de clientes		59.379,21		4.817,73
Fornecedores de Investimentos		14.236,10		10.224,19
Credores por acréscimos de gastos		295.117,52		278.311,37
Outros credores		84.572,85		126.996,30
<b>Total</b>		<b>453.305,68</b>		<b>420.419,16</b>

**13.11. Fornecimentos e serviços externos**

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	562,05	558,09
Serviços especializados	599.854,43	565.542,36
Materiais	39.444,85	42.250,49
Energia e fluidos	148.869,67	155.388,80
Deslocações, estadas e transportes	7.783,63	3.357,86
Serviços diversos (*)	275.536,13	250.593,55
Limpeza, higiene e conforto	211.405,71	200.703,76
Rendas e Alugueres	19.112,39	7.365,92
Seguros	17.804,71	18.470,96
Comunicação	13.178,81	10.272,39
<b>Total</b>	<b>1.072.050,76</b>	<b>1.017.691,15</b>

(\*) Discriminar as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

**13.12. Outros rendimentos**

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	10.783,75	10.456,59
Descontos de pronto pagamento obtidos	3.360,53	3.573,40
Rend e ganhos em investimentos não financeiros	110.290,36	109.781,56
Outros rendimentos	47.850,14	60.813,13
Juros de Depósitos à Ordem	665,48	815,22
<b>Total</b>	<b>172.950,26</b>	<b>185.439,90</b>

**13.13. Outros gastos**

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	2.998,68	2.710,53
Dívidas incobráveis	61,95	
Outros Gastos	10.532,51	11.869,49
<b>Total</b>	<b>13.593,15</b>	<b>14.580,02</b>

**13.14. Acontecimentos após data de Balanço**

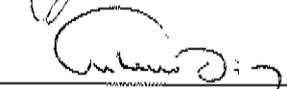
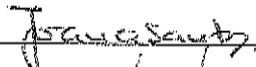
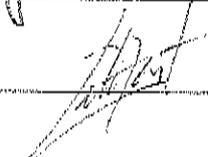
As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2017 foram autorizadas pela Mesa em 14 de Março de 2018. Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017. Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Águeda, 14 de Março de 2018

O Contabilista Certificado n.º 33583



João Luís Morcela Rodrigues dos Reis (Dr.)

MESA ADMINISTRATIVA	Cargo e assinatura
António José Mota Rodrigues	Provedor 
Jorge Castro Madeira (Dr.)	Vice-Provedor 
Albano José Carvalho e Melo	Secretário
Fernando dos Anjos Dias	Tesoureiro 
Maria Alice Pereira Rodrigues Silva (Prof.)	Vogal 
Regina Almeida de O. e Silva P. Tavares (Dr.ª)	Vogal 
Antero Albano Ferreira Dias	Vogal 
Joana Patricia de Oliveira Santos (Dr.ª)	Vogal Supl. 
José Lito Pereira Martins (Eng.)	Vogal Supl. 
Gil Manuel da Costa Abrantes (Arg.º)	Vogal Supl.